

GOULART E O GOLPE DE 1964: POR UMA NOVA HISTORIOGRAFIA

Afonso Celso Scocuglia^[1]

Introdução

Vários autores analisam a derrocada do governo Goulart (1961-1964) em função dos seus numerosos acertos e, não, por seus erros, fragilidades e incompetências. Quatro décadas depois, apesar de contarmos com um farto material historiográfico à disposição, com depoimentos os mais variados - inclusive de militares diretamente (ou não) envolvidos no golpe e de representantes das forças de esquerda - permanece a visão conspiratória e unilateral sobre os acontecimentos políticos que fizeram a cena brasileira entre 1961 e 1964 e que culminaram com a deposição do presidente. São conhecidas as bases teórico-metodológicas, históricas e políticas dessa visão: pode-se dizer que são um somatório, entre outros, do "colapso populista" estudado por Ianni (1967); de estudos de intelectuais ligados ao governo, como Moniz Bandeira (1977); da visão conspiratória da inexorabilidade do golpe presente nas pesquisas de René Dreifuss (1981) e da visão do intervencionismo norte-americano de pesquisas como a de Phyllis Parker (1977). Ou, ainda, as visões que, ao invés de também colocar na balança da história política as incongruências do governo, só analisam os "tubarões" atacando o governo "de boa índole e bem intencionado em suas reformas de base", como na capa do livro (O governo Goulart, 1982) de C.N. de Toledo.

Corroboram essas visões as análises exclusivamente macroestruturais que fecham o círculo, argumentando que o processo declinante do populismo vinha de longe (desde o segundo governo Vargas), as substituições de importações agonizavam e havia uma escolha inadiável entre aprofundar as reformas nacionalistas ou ceder ao capital estrangeiro e "ao domínio norte-americano". Ademais, tais análises foram estabelecidas em plena ditadura militar, por muitos dos que, direta ou indiretamente, foram derrotados e que não conseguiram admitir profundos equívocos das esquerdas e todas as "incertezas" da democracia, especialmente, da democracia populista multiliderada por Goulart (Jango), PTB, PCB, nacionalistas, militares, comunistas, estudantes, marinheiros, sargentos. Tudo isso sob uma fragilidade institucional sem precedentes e respaldado por um dispositivo militar absolutamente despreparado, desinformado e "minado por dentro".

Exemplares de uma visão único-estrutural dos desdobramentos sócio-político-econômicos do período Goulart, são as palavras de Ianni (1968) sobre as "contradições do desenvolvimento populista". Segundo o autor,

“Nos anos de 1961-64 o povo brasileiro defronta-se de modo cada vez mais premente com a necessidade de adotar uma opção drástica. Por um lado, o modelo getuliano esgotava um ciclo crucial de realizações. Impunha-se uma decisão corajosa, no sentido de aprofundar as rupturas estruturais indispensáveis à consecução dos alvos inerentes à sua lógica interna. (...). Neste quadro, a mobilização do povo para o comício do dia 13 de março de 1964 - pelas reformas de base e em oposição às tendências conservadoras da maioria do Congresso Nacional – simbolizava a existência de condições políticas para uma ruptura que não se realizou. O comício, em que se reuniram o Presidente da República, Ministros de Estado e líderes nacionalistas e de esquerda, é o clímax e o fim da política de massas: como técnica de sustentação do poder político e como expressão fundamental da democracia populista”. (p.107-108)

Vejamos. Em primeiro lugar, se havia a tal "opção drástica" esta não passava pelo "povo" e, sim, pelas elites incrustadas no poder. Além de uma expressão vaga, próprias dos inflamados discursos populistas, "povo", enquanto categorização sociológica, não esclarece/distingue nada. Quem é o povo? Qual a sua capacidade hegemônica decisória? Ora, por mais que percebamos, no rol das ambigüidades e contradições do populismo, a politização (de uma parcela) "das massas populares", não é possível admitir que o "povo" - especialmente uma população marcada pela precariedade da sobrevivência, pela fome, pelo amplo analfabetismo etc. -, possa decidir sobre "mudanças de modelos estruturais", ou coisa que o valha. Segundo: afirmar que o comício (da Central) demonstra a "existência de condições políticas" para uma "ruptura que não se realizou" é equivocado. Tal comício demonstrou, sim, uma imensa falta de habilidade política do presidente e de seus aliados, uma demonstração enganosa de uma super-força (das "esquerdas") que não havia e, no fundo, uma inequívoca mostra da divisão política governista, onde cada facção e cada liderança procuravam ocupar espaços próprios. Na disputa intestina, revelavam-se os "interesses/desejos" e o flagrante "oportunismo" de uma "escolha racional otimizada" (que falhou), como conceitua Elster (1994, p.29-59).

Dreifuss (1981), por sua vez, enfatiza a irreversível "avalanche" golpista, articulada "em bloco" em um "golpe de classe". Na conclusão de sua tese, escreve:

"A capacidade de liderança dos interesses multinacionais e associados foi demonstrada através de sua habilidade em incitar uma grande variedade de setores contra o regime e as classes subordinadas, tanto encoberta quanto abertamente. Através do IPES, o novo bloco de poder mobilizou as classes dominantes para a ação e serviu como elo para as várias conspirações civil-militares contra João Goulart. A ação da elite orgânica diferencia o movimento de classe que levou à intervenção de 1º de abril, de um mero golpe militar." (p.482-483)

Pensemos um pouco. Primeiro, a tese de Dreifuss aposta suas maiores fichas nas "classes-na-luta-de-classes" e nos "blocos históricos" gramscianos. Tais conceitos, se por um lado ajudam no entendimento de um pólo do conflito "esquerda-direita" pelo poder institucional, por outro escondem as "n" divisões nestas mesmas forças políticas. O bloco da "direita" sempre foi múltiplo: empresários próximos ou contra o governo; militares abertamente golpistas (como os que queriam derrubar o Presidente já em 1961); militares que não engoliram Jango, mas faziam parte do staff governista e que depois, na última hora aderiram ao golpe (cujo melhor exemplo, foi Castelo Branco); políticos do PSD, por exemplo, que sustentaram o governo no Congresso e depois figuraram entre os golpistas. O governo dos Estados Unidos (EUA), que mudou gradativamente de atitude diante dos rumos e dos impasses governamentais, passando de uma atitude colaboracionista inicial para as hostilidades subterrâneas que culminaram com o apoio da "Operação Brother Sam" (Parker, 1977).

E, do outro lado? Bem, se as forças golpistas só se uniram para o golpe - existiam várias rachaduras e divisões -, as forças "de esquerda", então, foram sempre marcadas pela desunião e pelos interesses oportunistas multifacetários. Sargentos, marinheiros, comunistas, brizolistas, petebistas, socialistas, cristãos progressistas, nacionalistas, camponeses das Ligas, camponeses dos sindicatos, portuários, estudantes, intelectuais, artistas, jornalistas..., cada qual com suas subdivisões. Com efeito, fica difícil aceitar, diante desses amálgamas que, por raras vezes, se solidificavam e, posteriormente, se diluíam, teses (como a de Dreifuss ou de Moniz Bandeira) centradas na exclusividade das lutas (bipolares) de classes ou nos "blocos históricos", embora, a meu ver, o modelo gramsciano fique mais próximo do real (ao tratar da "hegemonia" e da "cultura", por exemplo).

Poderíamos, ainda, visualizar outros trabalhos, sobre as determinações econômicas estruturais, diante da falência do modelo de "substituição de importações" - modelo este que teria levado à necessidade da regulação autoritária dos conflitos e à exigência

autoritária para reestruturar os processos de acumulação capitalista. Tais processos estariam em xeque diante das "reformas de base" pretendidas. Em outras palavras, as necessidades do avanço econômico capitalista não poderiam suportar as indas e vindas do governo Goulart e, muito menos, o avanço sindicalista que se desenhava. Neste prisma, o econômico (e sua "sobredeterminação") tornou necessária e irreversível o desmantelamento das forças que sustentavam Goulart (ou melhor, ajudavam-no a equilibrar-se na "corda bamba", quase sempre, "por um fio").

Alguns trabalhos, por outro lado, se aproximam da visão que rechaça a exclusividade das explicações macroestruturais, a exemplo de Wanderley G. dos Santos (1986) e de Alfred Stepan (1981). Esses trabalhos invertem o determinismo econômico sobre os acontecimentos em foco para se concentrarem no determinismo político "em si mesmo" (visão "político-estrutural"). Com isso, o primeiro mantém a visão da inexorabilidade da derrubada do governo, diante do radicalismo político insolúvel para a democracia. Vale salientar, no entanto, que em outras situações semelhantes à radicalização política não impediu a continuidade institucional e a administração dos conflitos sem golpe ou interrupção democrática. Stepan (1971), por seu turno, concentra-se nas explicações da psicologia política do líder (Goulart) e nas pressões macro-políticas avassaladoras nos estertores do governo deposto. Sua análise convence quanto às ações do presidente, suas fraquezas e seus paradoxos, quanto aos riscos previstos e quanto às suas apostas nas forças que o apoiavam (que, na verdade, não eram tão fortes) diante do "beco sem saída". Mesmo assim, não considera outros fatores, a exemplo do papel dos atores políticos individuais, ou ainda, as interações estratégicas nas quais esses atores estão envolvidos.

Diante do quadro exposto, ou seja, da insuficiência explicativa – de conteúdo político e de metodologia exclusivamente macroestrutural - para os acontecimentos que se precipitaram entre a conturbada posse de setembro de 1961 à deposição do presidente em abril de 1964, buscamos ajuda nos trabalhos de Argelina Figueiredo (1993), de Adam Przeworski (1993) e nas revelações do último Ministro da Justiça do governo, Abelardo Jurema (1964). Somaram-se, ainda, as visões à esquerda e à direita (militar) sobre o golpe (ou contragolpe), obtidas nos trabalhos de Maria Celina D' Araújo (1994) e de Dênis de Moraes (1989). A meu ver, o primeiro trabalho (de Argelina Figueiredo) é o que melhor explica, diante da não sustentação das teses determinista-inexoráveis, os impasses e,

também, as saídas possíveis para as crises do governo Jango - a poucos meses do seu final (constitucional). Os modelos de Przeworski, além de serem alicerces do trabalho de Figueiredo, apresentam a compreensão das "incertezas inerentes à democracia" e devem iluminar as possibilidades não inexoráveis e não-deterministas-em-última-instância (tanto no terreno político como no econômico) da democracia populista em foco. Por sua vez, os escritos do Ministro Jurema servirão para corroborar "por dentro" as teses que indicam o "caos interno" do governo (pós-plebiscito). A falta de uma forte coalizão civil e, principalmente, militar, de sustentação do poder constituído - marcado, entre outros fatores, pela ineficácia de um serviço de informações (quase inexistente) e pela ausência de qualquer estratégia de resistência militar, somado à desconfiança com um possível golpe por parte dos aliados e, ainda, pela visível inabilidade política nos momentos finais.

É no que vai se deparar o leitor, a seguir. Primeiro, nas conceituações de (1) Przeworski; depois, nos argumentos de (2) Argelina Figueiredo sobre as "possibilidades perdidas" pelo governo Goulart de, sustentando a democracia, efetivar reformas graduais (e, logicamente, suas conseqüências para os impasses de 64). A seguir, o (3 e 4) Ministro Jurema relata "de dentro" os meses finais da democracia janguista, incluindo a fragilidade do seu dispositivo militar e o caos instalado nos últimos dias do governo. Completam o trabalho, os (5) depoimentos de civis e militares da esquerda e/ou de sustentação do "dispositivo militar" janguista e, do outro lado, (6) depoimentos de militares da "jovem e média oficialidade de 64" - que mostram as divisões, a participação na conspiração, a "necessidade de um contragolpe", a questão da devolução do poder aos civis etc. Nas considerações finais, apresento uma síntese com os fatores contribuintes (muitos deles imbricados) para a derrocada da democracia populista e o golpe civil-militar.

1. A democracia, segundo Przeworski: incerteza organizada, adesão e ação instrumental

Entre as teses defendidas por Adam Przeworski (1993) sobre a democracia concentro-me na questão (central) da "incerteza organizada". Esta visão pode ajudar a compreender as ações e as interações estratégicas dos principais atores políticos do período em foco. Aliás, diga-se logo, nada foi mais incerto, em todos os seus momentos, do que tal período. Penso até que o governo Goulart foi marcado por incertezas tão intensas que extrapolam o modelo de Przeworski - modelo que, como diz o próprio autor, não foi feito para retratar a realidade, mas para ajudar a compreendê-la.

Passemos, então, a comparar os "tipos-ideais" componentes do modelo em questão com as vicissitudes do processo histórico-político aqui analisado. Segundo o autor,

"A incerteza inerente à democracia na realidade permite a ação instrumental. Como os atores podem atribuir probabilidades às conseqüências de suas ações, eles desenvolvem expectativas e calculam o que é melhor fazer. Eles podem participar, ou seja, agir no sentido da promoção de seus interesses, projeto e valores dentro das instituições democráticas". (1993, p.25)

Tal premissa, no entanto, não quer dizer que esses atores aceitem os resultados do jogo democrático e as conseqüências ("ex post") do mesmo. No governo em foco, sob o controle parlamentarista, a "participação interessada" ocorreu até o momento em que os oposicionista-conservadores perderam tal controle e desconfiaram que as forças políticas de esquerda que apoiavam o presidente queriam se perpetuar no poder e, portanto, seus interesses (dos oposicionistas) não poderiam ser contemplados, nem a médio prazo. Com a restituição dos poderes presidenciais e com a crescente mobilização-organização-radicalização à esquerda, a desconfiança aumentou, significativamente, com a tentativa (frustrada pelo Congresso) de decretação do "estado de sítio", no final de 1963.

Przeworski pensa que em um jogo democrático, os perdedores, que "ex ante" aceitaram as regras do jogo, só aderem aos seus resultados instituídos (no caso, a ascensão constitucional de Goulart com a renúncia de Jânio Quadros após sete meses de governo) se vislumbrarem possibilidades concretas de voltar a ganhá-lo em um lapso de tempo razoavelmente próximo.

"O problema pode, então, ser formulado da seguinte maneira. Quando se aceita, como eu faço, que nem todos os conflitos são solucionáveis pela deliberação e que, portanto, a democracia cria vencedores e perdedores, será possível esperar que os perdedores aceitem o veredicto democraticamente proferido? Por que razão os derrotados na interação democrática não procuram subverter o sistema que produz tal tipo de resultados? (...) As forças políticas aceitam derrotas atuais porque acreditam que a estrutura institucional, organizadora da competição democrática, permitirá que elas realizem seus interesses no futuro." (ibidem, p.36)

No caso do governo Goulart, repita-se, os perdedores não mais acreditaram no jogo político democrático (embora parte dos perdedores, militares e civis, nunca tenha "morrido de amores" pela democracia) com a volta do presidencialismo e os acontecimentos "fora de controle" do segundo semestre de 1963 (incluindo a tentativa do "sítio").

Aprofundando seus argumentos quanto à problemática da adesão aos resultados do jogo democrático, Przeworski admite "três classes de resultados de situações estratégicas": (1) equilíbrios; (2) barganhas ou contratos e (3) normas sociais. Embora ressalte uma ampla literatura sobre os valores e compromissos morais como "normas" reguladoras da democracia, o autor exclui tais fatores normativos - não admitidos pela "teoria dos jogos", que advoga. Não podemos deixar de concordar com a não priorização das "normas", principalmente quando o caso é a "democracia à brasileira". A "teoria (dos jogos) suprime os resultados que se apóiam em outras lógicas que não sejam a busca estratégicas de interesses", diz ele (ibidem, p.43).

É preciso concordar, por outro lado, com as reflexões de Argelina Figueiredo (1993) quanto à exacerbação da busca de "interesses imediatos e otimizados" por parte significativa das forças esquerdistas. Essa busca teria contribuído fortemente para o avanço da coalizão contrária e a adesão ao golpismo por forças que antes defendiam a legalidade constitucional e, portanto, aceitavam/engoliam Goulart - o que explicaria "a união para" o golpe em 1964 e, não, em 1961.

Importante destacar, com Przeworski, que "a democracia está consolidada quando a adesão - agir de conformidade com a estrutura institucional - constitui o estado de equilíbrio das estratégias descentralizadas de todas as forças políticas relevantes" (1993, p.46). Ainda segundo o autor, "as únicas formas de não-adesão que afetam o caráter espontâneo da democracia são as estratégias que buscam (1) alterar posteriormente (ex post) os resultados do processo democrático e (2) reduzir drasticamente a confiança dos demais atores nas instituições. Portanto, não aderir (à democracia) é o mesmo que subverter o sistema democrático para passar por cima de seus resultados" (ibidem, p.49). Tanto a forma (1) como a (2) encaixam-se no caso brasileiro em tela: a busca de alteração de resultados foi uma constante (tentativa de golpe em 1961, instituição do parlamentarismo, subversão "explícita" e organizada - IPES, IBAD etc.) até o sucesso em abril de 1964. Podemos, ainda, entender como tentativa "ex post" de alterar os resultados as ações esquerdistas para fechar o Congresso, a "reforma agrária na lei ou na marra", a formação do "grupo dos onze" e outras ações. Reitere-se: o período janguista nunca foi exemplo de democracia (à esquerda e à direita) consolidada e, sim, exemplo de "democracia por um fio" e de "equilíbrio" (hiper) instável - ou, ainda, de "incerteza (des)organizada". Subversão à democracia por todos os lados, sim, é marca da tênue da

democracia brasileira entre 1951 e 1964, especialmente nos últimos trinta meses do período. E, é "claro que a base institucional do controle dos civis sobre os militares constitui o ponto nevrálgico da consolidação democrática", diz Przeworski (ibidem, p.50).

“A democracia está consolidada quando, dentro determinadas condições econômicas e políticas, um sistema específico de instituições torna-se regra geral, quando ninguém consegue imaginar-se agindo fora das instituições democráticas e quando tudo o que os perdedores desejam é tentar outra vez, no quadro das mesmas instituições sob as quais acabaram de ser derrotados. Uma democracia está consolidada quando se faz respeitar espontaneamente, isto é, quando todas as forças políticas relevantes acreditam que é melhor para elas continuar subordinando seus interesses e valores à interação incerta das instituições. Aceitar o resultado atual, mesmo que seja uma derrota, e orientar todas as ações no sentido estabelecido pela estrutura institucional é melhor para todas as forças políticas relevantes do que tentar subverter a democracia. Usando uma linguagem técnica, queremos dizer que a democracia está consolidada quando a adesão - agir de conformidade com a estrutura institucional - constitui o estado de equilíbrio das estratégias descentralizadas de todas as forças políticas relevantes.” (ibidem, p. 51-52)

No caso em foco, a adesão definitiva à subversão "para o golpe" aconteceu nos primeiros meses de 1964, inclusive com o apoio dos setores médios da sociedade, apavorados diante dos rumos "cambaleantes à esquerda" do populismo e do descontrole da economia, que os afetava diretamente.

Para fechar esta parte, destaco as palavras do autor, sobre os "dilemas da esquerda e da direita" nos processos democráticos. Da esquerda: "até mesmo os procedimentos democráticos perfeitos podem manter uma oligarquia - governo dos ricos sobre os pobres. A experiência histórica tem demonstrado que a democracia é compatível com a pobreza e a desigualdade na esfera social e com a opressão nas fábricas, nas escolas, nas prisões e nas famílias". Da direita: "a democracia pode transformar-se no governo da maioria dos pobres sobre a minoria dos ricos. Os procedimentos democráticos podem ameaçar a propriedade, o poder político, na forma do sufrágio universal e do direito da livre associação, podem ser exercidos para limitar os direitos de propriedade". Assim, "são restritas as condições dentro das qual a democracia se torna um estado de equilíbrio entre estratégias descentralizadas das forças políticas autônomas. É por isso que a democracia tem-se revelado historicamente uma forma frágil de organização dos conflitos políticos" (ibidem, p.56).

Mesmo concordando com o autor quando coloca que os "modelos não foram feitos para serem acreditados", não podemos deixar de verificar os encaixes modelares (a respeito de sua fragilidade, por exemplo) e, também, os desvios entre a democracia (como "tipo-ideal") przeworskiana e a democracia brasileira. Somam-se, a esses encaixes e desvios, as peculiaridades das breves experiências democráticas ocorridas no Brasil - entre elas os interesses e os oportunismos adjacentes a uma forma de atuação política que se tornou uma de suas marcas registradas: a corrupção.

Os encaixes e os desvios entre o modelo e a realidade, referidos acima, serão tratados a seguir.

2. A instabilidade democrática e as "reformas de base" do governo Goulart

Podemos dizer que a tensão central colocada era a da compatibilização entre as "reformas de base" pretendidas pelo governo e a fragilidade institucional democrática. Em outros termos: como realizar as reformas sociais e a democracia? Pois, exatamente este é o problema nuclear das reflexões de Argelina Figueiredo (1993) - sobre o período janguista. Para viabilizar tais reflexões, a autora entende que "o regime autoritário instalado em 1964, no Brasil, não foi o resultado de uma todo-poderosa conspiração direitista contra o regime anterior. Tampouco foi a consequência inevitável de fatores estruturais políticos e/ou econômicos, alguns dos quais já atuavam quando em 1961, um golpe militar foi abortado" (p.22). E, aponta seu caminho analítico: "através da reconstrução das possibilidades que estavam abertas à ação política naquele contexto histórico específico, bem como das oportunidades perdidas, tentarei avançar no debate entre as abordagens estruturais e a abordagem estratégica do problema da mudança política" (ibidem, p.25).

Neste empreendimento, a autora "concentra-se na conduta estratégica de atores políticos em situações históricas concretas, enfatizando interesses e percepções e formulando problemas em termos de possibilidades e escolhas" (ibidem, p.26). Para examinar como a exacerbação-otimização dos interesses individuais (ou de atores coletivos), especialmente das múltiplas forças ligadas a Goulart, levou a resultados coletivamente inesperados e contraditórios em relação a esses interesses, Figueiredo busca em J. Ester subsídios para entender que "dentro de um conjunto exequível de ações compatíveis com todos os constrangimentos, os indivíduos escolhem aquelas que acreditam levar aos melhores resultados". Logicamente, os resultados do processo mostram que as apostas das esquerdas falharam (vide "Quando a escolha racional falha" -

pp.47/59 - em Peças e Engrenagens das Ciências Sociais, de Elster - 1994, apresentado pela autora) e o não desejado e inoportuno para essas forças veio a acontecer.

Figueiredo coloca que "entre 1961 e 1964, escolhas e ações específicas solaparam as possibilidades de ampliação e consolidação das reformas e, desta forma, reduziram as oportunidades de implementar, sob regras democráticas, um compromisso sobre as reformas". Neste caminho, as perdas de oportunidades de resolução dos conflitos gerados com as tentativas das reformas, "acirrou o crescente consenso negativo em relação às possibilidades de resolver (tais) conflitos dentro das regras democráticas" - o que desembocou em tentativas, à esquerda e à direita, de expedientes autoritários como o frustrado fechamento do Congresso e, meses depois, o sucesso da subversão com o golpe de 64.

Quais teriam sido as oportunidades perdidas para conciliar reformas e democracia? A autora indica duas fundamentais, a primeira sob regime parlamentarista e, a segunda, já sob o presidencialismo. A primeira oportunidade teria sido desperdiçada na medida em que Goulart não respeitou o compromisso parlamentarista que viabilizou sua posse, perdendo a chance de promover reformas graduais em parceria com o Congresso. Ao contrário, procurou minar tal regime "por dentro" e restituir o presidencialismo a todo custo - à custa da crescente desconfiança sobre suas intenções por parte de, praticamente, todas as forças políticas principais. Tal procedimento inviabilizou a formação de gabinetes parlamentaristas com respaldo político no Congresso. Os gabinetes sucederam-se, agravando a instabilidade democrática e bloqueando a aprovação de quaisquer reformas. Acrescentem-se as vigorosas/freqüentes pressões de forças esquerdistas da sociedade civil sobre o parlamento e o executivo - das greves às mobilizações de militares de baixa patente. A segunda oportunidade perdida, conforme entendimento de Figueiredo foi à tentativa de implantação do Plano Trienal (1963), que viabilizaria "reformas estruturais", já sob os plenos poderes presidencialistas. O Plano foi considerado, inclusive, "entreguista" pelas esquerdas e sofreu duros combates fora do Congresso por parte do CGT, que ambigüamente também "era governo". A reação dos capitalistas contra o controle de preços e as crescentes manifestações e reivindicações das entidades que representavam os trabalhadores, transformou, também, o apoio inicial ao Plano em tentativa (via Congresso) de miná-lo de pronto - o que fez com que os governistas o abandonassem voltando-se, prioritariamente, para as reformas constitucionais entre as

quais a mais disputada: a agrária. As propostas do PTB, além de tentar maximizar o que no momento era impossível, serviram para aumentar a polarização esquerdo-direita, opondo definitivamente uma esquerda toda esfacelada - em múltiplos grupos, idéias e ações -, contra uma direita que, mais e mais, se unia para defender a propriedade, a ordem/hierarquia e o desenvolvimento capitalista no campo e na cidade. Importante registrar/notar dois crescimentos: de um lado a união de interesses diversos (proprietários de terras, industriais, militares, internacionais...) por parte das forças à direita e, de outro, o esfacelamento das esquerdas seguindo interesses próprios de seus principais líderes (Brizola, Arraes, CGT, Julião, Prestes...) e facções.

E Goulart, diante da crescente polarização? Goulart tentou, agravando a situação, aprovar o Estado de Sítio e fechar o Congresso (reprovado à esquerda e à direita) e, em seguida, diante do fracasso, reconstituir um "Centrão" para aprovar a reforma agrária, considerada a prioridade das prioridades. Essa tentativa de Goulart não se restringiu à formação de um governo de centro - para qual foi chamado, por exemplo, para a Justiça, Abelardo Jurema (que posteriormente nos ajudará a entender "por dentro" os últimos meses de um frágil e caótico governo) do PSD de Juscelino.

Nas tentativas e oportunidades perdidas pelas forças governamentais de implementar reforma sob a égide da democracia, a autora centra-se na formação da Frente Progressista de Apoio às Reformas de Base (de centro-esquerda "positiva") encabeçada por San Tiago Dantas. Certamente, a esta altura, 1963, as chances eram remotas para conseguir "acalmar" os acirrados ânimos à esquerda e à direita. De um lado, se promovia seguidas manifestações e enfrentamentos e, de outro, se conspirava - forjando o "consenso negativo" e convencendo os últimos "legalista-moderados", como Castelo Branco, para a derrubada da democracia populista, do "caos sindicalista" e do "comunismo".

Com efeito, entre a tentativa de barrar a posse de Goulart de 1961 e os acontecimentos de abril de 1964, precisamos compreender os principais obstáculos, equívocos, indecisões e ambigüidades que teriam impossibilitado um equilíbrio político necessário e suficiente para viabilizar as reformas sociais e econômicas sob a égide da democracia. Ou seja, quais fatores impediram a conciliação entre as reformas e a democracia, evitando a solução autoritária e a deposição do governo?

Seguindo as reflexões de Argelina Figueiredo, podemos elencar as motivações políticas principais. De início, podemos atestar que as regras do jogo democrático não

foram ultrajadas em 1961 porque os conservadores apostaram no parlamentarismo como controle sobre Jango, sobre as esquerdas e os movimentos pró-reformas - apesar das ameaças da direita "dura", especialmente militar.

Entre setembro de 1961 e o final de 1962, o parlamentarismo sofreu ataques constantes que variavam da intenção do presidente e de seus aliados no sentido da restituição dos plenos poderes presidenciais, até os ataques da coalizão pró-reformas que mobilizava fortemente os múltiplos movimentos da sociedade civil e apostava na "estratégia maximalista" (Elster) de jogar todas as suas fichas nas reformas radicais. Essa convicção de uma "força ótima" passava pelo retorno do presidencialismo e pelas eleições no final de 1962. Certa dessas vitórias, que realmente ocorreram, a coalizão pró-reformas radicais e a ação de Goulart obstacularam a concreticidade do compromisso parlamentarista que havia respaldado sua posse em 1961. Mas, não foram só estes os obstáculos: barreiras foram impostas pelas lideranças nacionais conservadoras, preocupadas sobretudo com vantagens imediatas e a manutenção do arraigado clientelismo - o que impedia a formação de uma coalizão mais ampla para a aprovação de reformas e para o avanço nas mínimas condições de consolidação democrática. As ações do PTB pró-reformas radicais e para dotar "seu" presidente de plenos poderes e o trabalho do PSD vivamente interessado em não perder poder, nem espaço político-clientelista algum, mostram com nitidez os impasses políticos "sem solução". Sem falar das ações udenistas desestabilizadoras, especialmente o ativismo lacerdista (vide a seguir, no depoimento de Abelardo Jurema, o "poder" lacerdista, inclusive militar).

Sem dúvida, as vitórias eleitorais de 1962 e a determinante contribuição da volta ao presidencialismo (o que lhes conferiu maior proximidade e prestígio junto a Goulart) deram a falsa impressão às esquerdas de um "super-poder", associado a uma virtual subestimação dos poderes dos seus opositores. Um desses sinais, não assimilado, era a continuidade do conservadorismo do Congresso, mesmo depois das eleições de 62.

Não podemos em nenhum momento perder de vista, também, o fraco desempenho econômico, atestado pela subida da inflação e pela queda do PIB - em parte consequência do "desenvolvimentismo" de JK e do declínio do modelo de economia implantado pós-1945. Solução tentada: o Plano Trienal e a aprovação de uma reforma agrária gradual/consensual. Mas, se a reforma agrária gradual tinha apoio e poderia ter vingado no Congresso (o que não ocorreu), o Plano Trienal exigia sacrifícios e perdas de todas as

partes, na medida em que propunha a contenção de preços e salários. As oscilações e ambigüidades de Goulart, que parecia querer os resultados positivos do Trienal, sem seus óbvios ônus, contribuíram, ainda mais, para seu fracasso e abandono.

Já no início de 1964, sob a desconfiança (à direita e à esquerda) generalizada das ações governamentais, agravadas pela tentativa do "sítio" - repudiada pelo Congresso -, San Tiago Dantas tenta empinar uma frente de centro-esquerda, "esquerda positiva", que pretendia conter a radicalização do "esquerdismo" e, ao mesmo tempo, afastar os ventos golpistas já evidentes. Do seu lado o PSD, para agravar a situação, estudava "pular fora do barco em definitivo" (embora tivesse ministros), embora não o fizesse por seu apego ao poder e por estar "de olho" nas eleições de 1965 - que poderiam reconduzir Juscelino à presidência.

Na medida do avanço do tempo e do agravamento da crise institucional, sem reformas e com a democracia "na corda bamba" - acrescidos da contínua adesão de forças civis e militares pró-golpe, da mobilização crescente das esquerdas e dos desafios e quebras da hierarquia militar - o presidente joga sua última cartada, assumindo todos os riscos, em atos (populistas) desesperados de "mergulho nos braços do povo". O apoio às reivindicações de militares de baixa patente e a "risco mal calculado" do comício de 13 de março de 64, anteviam o ato final do governo, embora as esquerdas continuassem subestimando seus adversários e superestimando suas forças, equivocadamente. "A força do povo e o esquema militar pró-Goulart impediriam qualquer golpe", repetia a esquerda populista. Enquanto isso, os últimos militares "da lei e da ordem" eram convencidos (pelas circunstâncias, pelos planejadores golpistas do IPES-IBAD, pelas "marchas da família, pelo "clamor da sociedade..."") que não havia saída dentro do jogo democrático.

Nem democracia, nem reformas de base. Autoritarismo e reformas de aprofundamento de um capitalismo tardio, determinante de uma das dez potências industriais do planeta (nos anos setenta) e, ao mesmo tempo, da vertiginosa explosão social: da miséria, da fome, da deseducação, das doenças e da corrupção desenfreada do Brasil que conhecemos.

3 - Os últimos momentos do governo Goulart: uma visão "de dentro"

Na busca de entendimento do processo político "por dentro" do governo Goulart, especialmente centrado nas últimas cartadas estratégicas dos principais atores, um livro-depoimento ganha, a meu ver, importância. Trata-se do depoimento do último Ministro da

Justiça do Governo Goulart, deputado (paraibano) do PSD, ex-líder de JK no Congresso, Abelardo Jurema - centralmente posicionado na derradeira tentativa de articular, politicamente, o verdadeiro "caos interno" em que se transformou o governo, entre julho de 1963 e março de 1964. Título do livro: Sexta-feira 13 - os últimos dias do Governo João Goulart (1964). Talvez, o trabalho de Argelina Figueiredo fosse ainda mais brilhante com esse depoimento e pudesse compreender ainda mais sobre o jogo democrático que não se sustentou, inviabilizando tanto as reformas como a democracia.

Da nossa parte interessa resgatar no depoimento as relações entre alguns dos principais líderes civis e as relações civis-militares que contribuíram decisivamente para o resultado ocorrido.

No depoimento do Ministro Jurema chama atenção, de início, o problema do "esvaziamento do poder civil", tendo como base de referência geopolítica o deslocamento da capital do país para Brasília e um conseqüente isolamento civil que teria prejudicado, sensivelmente, o comando governamental - inclusive quanto à força de coesão militar e o completo desaparelhamento e desinformação do governo quanto ao que se passava em todas as áreas.

"(...) Daí para cá (da saída da capital do Rio de Janeiro), mais se acentuando foi o esvaziamento do poder civil, enquanto o governo da Guanabara crescia de importância. Desarmado totalmente, o governo federal não possuía elementos para acompanhar nada que se passava nos estados, nem tinha condições para exercer sua autoridade em nenhuma parte deste país, a não ser na nova e pequena Brasília. Qualquer atividade contrária ao regime ou ao próprio governo só poderia chegar ao seu conhecimento ou pela boa vontade de governadores ou pela 2ª secção do Exército. Os governadores não só se achavam também desaparelhados (com exceção do governo da Guanabara que havia recebido, de mão beijada, toda a Polícia Marítima, Terrestre e Aérea) como representavam, em sua maioria, interesses políticos não muito afins com o governo da república. A 2ª secção do Exército era muito específica e quase se deixara ficar na fiscalização de atividades dos comunistas e da segurança interna e externa do país, alheia, obviamente, às questões da política ou do esquema situacionista. Isso, sem falar nas suas dissensões internas, que transformavam alguns setores de comando em pólos negativos do dispositivo de segurança governamental." (Op.cit., p.35/36)

Registre-se, o insipiente serviço geral de informações do governo, co-responsável direto pelas facilidades que os conspiradores tiveram em planejar e arrebanhar quadros civis e militares para derrubar a democracia populista e de concretizar o golpe. A meu ver, se Goulart tivesse montado um dispositivo efetivo de segurança e contra-informação militar e, no outro "front", tivesse a competência imprescindível e a necessária astúcia para negociar (sempre) com o Congresso, estreitando e azeitando relações entre civis, entre militares e entre civis e militares - certamente, teria chances reais de chegar ao fim do seu mandato.

As relações entre Goulart e algumas das principais lideranças civis atuantes na cena política, entre 1963 e 1964, que favoreceriam - em função dos seus interesses - a engenharia da continuidade da tênue democracia brasileira, podem mostrar porque as coalizões em torno das reformas e da própria democracia não se efetivaram. Imbricando interesses pessoais e imediatos, com os interesses centrados em 1965, ou seja, tentando sempre "otimizar desejos e oportunidades" (Elster, 1994), essas lideranças civis, a começar do presidente, sem dúvida contribuíram para o solapamento dos alicerces institucionais já trincados.

Sobre o relacionamento Jango-Juscelino, a respeito da sucessão de 65, por exemplo, Jurema (amigo íntimo e, confidente, dos dois) relata (1964, p.63):

"(...) É evidente que, no fundo, o presidente desejaria um candidato petebista para seu sucessor. Tinha mágoas do PSD e de seus líderes maiores. Cobrava de JK o mesmo apoio que emprestara ao seu governo, mostrava-se reticente nas manifestações de sua candidatura em 1965 e não escondia, aos seus íntimos, as dificuldades, julgadas até insuperáveis, para levar o PTB, integral, para a campanha de JK. Sabia, entretanto, o presidente que não se improvisa, em poucos meses, um líder para vencer Carlos Lacerda ou mesmo Adhemar de Barros."

Uma relação difícil e complicadora para a manutenção da democracia com reformas sócio-econômicas, com efeito, era Jango-Brizola, inclusive quanto às relações pessoais. Jurema tem opinião formada que a dívida (1961) de Jango em relação ao ex-governador do Rio Grande do Sul, impagável, teria desencadeado uma ascensão de Brizola e de seus aliados esquerdistas sobre o presidente que além de "moralmente irrecusável", tornou-se direta contribuinte do "caos governamental" e do processo de radicalização política que levou o governo ao "beco sem saída" da polarização esquerda-direita e à sua

queda. Por outro lado, as divergências, as desconfianças mútuas e os interesses, por muitas vezes entrecruzados, afastavam um do outro.

"Enquanto sua mãe era viva, D. Vicentina, pareceu-me que os choques do presidente com seu cunhado eram contidos, amenizados e mesmo anulados, não só pela ação catalizadora da mãe e sogra como porque, sua casa no Leblon, como ponto afetivo convergente, reunia-os após as pelepas. Com seu desaparecimento, os mal-entendidos duravam mais tempo. Nem sempre um General Assis Brasil conseguia reaproximá-los rapidamente, e a separação parecia definitiva. Só novos acontecimentos, novas crises, novas dificuldades os reunia outra vez." (ibidem, p.71)

Comentando o "sentimentalismo bonachão" (indeciso, ambíguo) de Goulart, e as contendas com o deputado Brizola, o ministro escreve:

"(...) O sentimentalismo atrapalhava seus passos e a insegurança dos seus apoios políticos o impedia de atitudes mais incisivas. Preocupava-se em ver arrebatado, do seu comando, a liderança sindical e mesmo popular, como se impressionava bastante com a hibridez de muitos dos seus amigos, entre ele e Brizola. Por mais de uma vez me dizia, rindo, que falasse ao Almirante Aragão para não se influenciar muito com o Brizola, não esquecendo que a sua promoção e o posto-chave que ocupava eram resultantes da sua confiança e da sua amizade! A cada entendimento que sabia ter existido entre Brizola e os generais amigos do governo, promoviam reunião, sempre em Jacarepaguá, como que para desfazer qualquer influência estranha à sua orientação. Era uma vigília permanente na defesa de sua posição de comando." (ibidem, p.75)

Torna-se fundamental notar como esses relacionamentos políticos (e pessoais) obstacularam diretamente a formação das coalizões, sem as quais uma democracia não sobrevive muito tempo. E a democracia brasileira nunca foi exemplo de uma fortaleza institucional solidificada, muito ao contrário. Além de toda a efervescência político-ideológica dos anos 60, seus principais líderes civis de "centro-esquerda" não se entendiam, ou pior, por muitas vezes se digladiavam. No pólo oposto os conservadores e a direita radical (civil-militar) encontraram um fértil terreno de desestabilização democrática e de alijamento do poder de seus principais adversários. O crescimento da direita no sentido da sua união "funcional" (para o golpe) parece que foi diretamente proporcional à incapacidade das esquerdas em se unirem em torno de um projeto de governo/reformas e

de respaldo permanente ao processo democrático (sem o qual enfrentariam as maiores dificuldades).

"Se a posição radical do deputado Brizola ampliou frente de combate ao presidente, dentro de casa o efeito era outro, mas igualmente danoso, pois dividia as bases de sustentação política de João Goulart, enfraquecendo-as e criando embaraços irremovíveis no PSD. Creio até que a animosidade do ex-governador gaúcho contra o ex-presidente Juscelino Kubitschek era uma das fontes inspirados dessas atitudes provocadoras de desagregação dos esquemas políticos do presidente. Reforçadas eram, sem dúvida, pelo sentido competitivo. A sucessão presidencial de 1965, mesmo com as dificuldades constitucionais, não saía da cabeça de Brizola. Os bastidores do Palácio ferviam. A indecisão do presidente se refletia nos quadros dos seus amigos e companheiros de situação." (ibidem, p.78)

Acentuando as dificuldades de sustentação do esquema político governamental, Jurema - que se tornou ministro para contornar as arestas políticas e contribuir positivamente para o bom trânsito das propostas (reformas) do governo no parlamento - complementa:

"A inteligência e a acuidade política de San Tiago Dantas, a sua vivência com ambos (...) não conseguiram ultrapassar as dificuldades que se apresentavam para manter unida uma frente de governo que seria invencível pela sua irradiação e consistência no país. Todas essas tentativas sofreram o processo de corrosivos de casos, fatos e coisas irremovíveis. As esquerdas não lhe davam apoio total. As desconfianças do centro mais se acentuavam. No PSD, o entusiasmo pelo governo mais se esvaecia. No próprio PTB, o choque de alas o enfraquecia. Nos partidos menores, aos poucos se desgarravam elementos que eram preciosos para as combinações políticas. Esse era o quadro, para o qual contribuíram a imaturidade do deputado Brizola e a indecisão do presidente João Goulart." (ibidem, p.79).

Precisamos registrar com atenção, corroborando as teses de Argelina Figueiredo, a visão do Ministro Jurema, especialmente quando ressalta a necessidade de "manter unida uma frente de governo que seria invencível...". Se realmente a "frente seria invencível" os acontecimentos diriam, mas certamente, pelo menos, atestam a possibilidade concreta de se estabelecer uma forte coligação no Congresso para aprovar reformas "graduais" e manter a democracia - o que, não acontecendo, tornou ainda mais vulnerável o estado

democrático. O que se viu foram os duelos entre a Frente Parlamentar Nacionalista (uma coalizão pró-reformas imediatas e radicais) e a Ação Democrática Parlamentar (que, no máximo, admitia as "suas" reformas - aquelas que não alterassem seus currais eleitorais, privilégios, cargos, seu arraigado clientelismo etc.).

Outro desgaste notório para o governo Goulart foi à saída do Ministro da Fazenda - Carvalho Pinto - que, havia substituído San Tiago Dantas e representava a moderação política, o apoio de significativa parcela do empresariado, o respaldo externo da economia e um "anteparo" às críticas e desconfianças dos conservadores, enfim, um rumo "de centro" para o governo. Obviamente, sob críticas contundentes dos setores "de esquerda". A demissão ocorre simultaneamente à chegada de uma carta do presidente dos Estados Unidos, abrindo "créditos de confiança ao Brasil e ao seu governo". Jurema diz (p.93) que, "as perspectivas de êxito no processo de reescalonamento (da dívida externa), que se desenvolvia em Paris, enchiam o presidente de otimismo". Note-se que são acontecimentos dos meses anteriores ao golpe. Acontecimentos que poderiam abrir outras possibilidades, inclusive de apoio externo às reformas e de certo êxito das ações do governo.

Sem Carvalho Pinto, porém, apesar de certos otimismo, parte dos conservadores que poderia fazer parte de uma coalizão mais abrangente, distanciou-se ainda mais dos projetos do governo. Entre outros, esse acontecimento ajuda a retratar um certo (e equivocado) desprezo pelo Congresso. Poder este que, afinal de contas, havia respaldado a "legalidade" dando-lhe posse - mesmo que pesasse o controle parlamentarista. A não compreensão desses fatores, a adoção do confronto como tática política, sem dúvida foi, muitas vezes, pouco inteligente, absolutamente equivocado e ineficaz para a manutenção do jogo democrático - sem o qual não viabilizar-se-iam reformas.

"Várias tentativas foram feitas para melhorar as relações do Executivo com o Legislativo - relata Jurema -, mas correntes janguistas e não janguistas na própria frente política governista já atingiam a exacerbação. O presidente, apesar da sua imensa capacidade de ouvir, da sua paciência mesmo com os mais ferrenhos adversários, não sentia o problema e parecia mais confiante na opinião pública, nos aplausos populares por onde passava e no seu esquema militar do que não composições políticas." (ibidem, p.100)

Defendendo o Congresso, o Ministro da Justiça acertava na avaliação positiva e, também, nas críticas, apesar de, como membro de tal poder, e até como característica pessoal, gostar de auto-elogios. Fazendo um "balanço", esquecendo "os podres", ele diz:

"Na crise de agosto (1961), da renúncia do Sr. Jânio Quadros, o Congresso reagiu a todas as formas de submissão e encontrou, com imaginação, a fórmula que uniu todos (o parlamentarismo). Mais tarde, na seqüência das crises no sistema parlamentar, o Congresso buscou, no plebiscito, a solução amaciadora. Na fase presidencialista o Congresso não encontrou o caminho e se deixou ficar na contemplação, quando uma ação efetiva teria levado o presidente para os seus braços, fortalecendo-se a democracia." (ibidem, p.104).

Por outro lado, esse cotidiano, marcado por personalidades políticas exacerbadas e desorganização governamental, estava coadjuvado por um dispositivo militar que se revelou absolutamente frágil.

4 - A fragilidade do dispositivo militar e o abandono do governo

O que teria acontecido se sargentos e marinheiros não tivessem participado de intensas manifestações e protestos, inclusive com a presença de Goulart, ou seja, o que teria corrido se os alicerces maiores da vida/profissão militar, a disciplina e a hierarquia, não tivessem sido abaladas? Será, por exemplo, que militares "legalistas", como Castelo Branco - que ocupou posição estratégica no próprio governo -, teriam aderido à derrubada da democracia populista? Será que a situação sócio-político-econômica era de tal gravidade que, sem as revoltas de militares de baixa patente, a oficialidade ganharia coesão suficiente para o golpe de 1964? Se respondêssemos negativamente, implícito estaria que a correlação de forças militares teria sido outra, reforçando a legalidade e evitando o desfecho ocorrido.

Quando da revolta dos sargentos da marinha e da aeronáutica, em setembro de 1963, ainda notava-se alguma coesão no dispositivo militar. O controle da situação, fundamental para que o movimento não se estendesse por todo o país, demonstrava que, até aquela altura, o governo tinha a liderança dos setores militares. No entanto, a ação conspiratória interna continuava - atesta-a os depoimentos de vários coronéis (hoje, generais) e generais. Há de se enfatizar: a conspiração civil-militar "corria solta" (dentro e fora dos quartéis, via IPES, IBAD etc.) sendo, obviamente, uma condição necessária, mas não suficiente para a derrubada da democracia. Essa condição necessária, mas não suficiente, começa a surtir os efeitos que os conspiradores desejavam na medida direta que conseguiam adeptos e que convenciam os recalcitrantes que não haveria mais outra chance quando a "república sindical-comunista" se instalasse no Brasil. Mas, a meu ver, foi

determinante para a coesão da oficialidade pró-golpe as revoltas e os motins de militares de baixa patente - quebrando a disciplina e a hierarquia, bases da instituição militar.

Como já disse, mesmo com todas as dificuldades, a revolta de setembro foi contida. No centro da ação, restabelecendo a disciplina interna o General Jair Dantas Ribeiro - uma liderança militar, Ministro da Guerra. E Goulart? O presidente soube por telefone! Estava fora e só retornou a Brasília depois da contenção.

Atestando a desconexão do governo, Jurema (que, na ausência do presidente, participara do centro das decisões civil-militares) descreve:

"Na noite de 13 de setembro, surpreendendo a todos os presidente Goulart chegava a Brasília, em vôo direto do Rio Grande do Sul. Desistira de viajar ao Rio. Naturalmente para dar a impressão ao povo brasileiro de que, realmente, a ordem estava restabelecida na capital da república. Isto trouxe certa desconexão entre os pronunciamentos do Presidente, dos Ministros militares e do Ministro da Justiça. A falta de contato entre eles, ainda no rescaldo dos acontecimentos do dia, ensejou uma situação não muito bem recebida, quando o Presidente e o seu Chefe da Casa Civil se mostravam brandos com os revoltosos e os Ministros Militares e o da Justiça se pronunciavam com energia e severidade próprias de uma hora que poderia ser prenúncio de outros acontecimentos. Na realidade, entretanto, o Presidente apoiou as medidas repressivas, os inquéritos e a apuração das responsabilidades, dando mão forte ao General Jair Dantas Ribeiro (...) de pleno acordo com a Marinha e a Aeronáutica, no sentido de prevenir outros motins". (pp.120-121)

Jurema avalia a importância do General Jair Dantas Ribeiro como alguém de "pulso firme necessário" para a manutenção da hierarquia militar. Pode-se extrapolar para o comando/coesão das forças armadas (mesmo com a conspiração em marcha, dentro e fora dos quartéis) a posição de liderança deste militar. Pilar estratégico da defesa da legalidade constitucional, a internação hospitalar do General Jair às vésperas do golpe foi decisiva para o fim do governo constituído. Conforme relata Jurema, "a ausência involuntária do General Jair Dantas Ribeiro foi fator decisivo para o desenvolvimento e o sucesso do movimento que depôs o Sr. João Goulart, o qual, ao lado de seu Ministro da Guerra, costumava ser mais firme e mais uniforme em suas decisões" (p.121). O que teria acontecido com esse General, postado à frente da defesa do Presidente constitucional e da própria democracia "em xeque-mate"?

Apesar de toda firmeza do General Jair, as indecisões e ambigüidades presidenciais causavam-lhe sérias apreensões quanto ao desfecho do processo. "Certa vez o General Jair me dizia - confessa Jurema (p.132) - que o Presidente nada resolvera de concreto a respeito do que se devia fazer no plano político-militar, revelando nas entrelinhas muita dúvida em relação ao futuro. Apesar de suas desconfianças, sempre acrescentava que o Presidente não devia ter receios, pois iria até o fim do seu Governo. Estribava-se na legalidade, confiando nos seus homens de comando, que deviam ter igual posição com relação à legalidade". Pensando um pouco em "receios e desconfianças", acima relatados: será que o Ministro da Guerra internou-se para tratamento "de vida ou morte", "foi internado" a contragosto ou foi "convencido a internar-se"? Qualquer que seja a resposta a esse "inusitado" internamento médico, a ausência do Ministro da Guerra, tornando acéfala a (já frágil) coesão legalista e a defesa da legalidade democrática, ajudou a decidir o jogo a favor dos golpistas. "Com Jair Dantas Ribeiro no leme, talvez não tivesse regressado aos navios, com tanta rapidez a marujada sublevada. Talvez a crise da Marinha não tivesse atingido aquelas proporções. Com Jair Dantas Ribeiro no comando, os campos de batalha teriam tomado outra conformação e a legalidade seria mais uma vez salva, ainda mesmo por um preço alto. O Presidente talvez, tivesse tido outra decisão e a disciplina preservada", enfatiza o ex-Ministro da Justiça (p.164).

Exageros de lado, apesar de toda importância articuladora do General Ribeiro, e do otimismo quanto à atuação do dispositivo militar - que, na opinião, por exemplo, do Brigadeiro Rui Moreira Lima, "era um fiasco" - os golpistas não enfrentaram resistência.

Para fechar esta parte, registre-se a "última hora" do governo Goulart, marcada pela precariedade, pela total ausência de liderança de um Presidente em fuga e pelo "fiasco" do dispositivo militar. Pelo relato do Ministro da Justiça, atônito, quem estava realmente informado sobre o paradeiro de Goulart era o serviçal do Presidente, Pedrinho. Teria dito: "Ministro, o patrão, de Brasília, deve ir para Porto Alegre, pois ouvi quando, pelo telefone, acertava ele a ida de um `Coronado' da Varig para Brasília, a fim de ficar à disposição da Presidência. Fale com o Berta (presidente da Varig) para arranjar outro avio e vá embora com os outros ministros, para Brasília ou Porto Alegre".

Com esse dispositivo a democracia deixou de "estar por um fio". Caiu.

5. O golpe na esquerda e na democracia

Por que as "esquerdas", e só tem sentido falar da "esquerda" no plural, perderam duplamente em 1964, não conseguindo sustentar a democracia e não conseguindo efetuar as reformas "de base"? Poderia ter sido diferente? Quais outras possibilidades existiram? De quem foi à culpa pelos fracassos? Ações das esquerdas facilitaram a conspiração e adesão de setores moderados e, até então, legalistas? Os abalos nos alicerces militares - hierarquia e disciplina - foram tão determinantes para o movimento golpista e para suas adesões de "última hora"?

Dois livros são particularmente importantes por colherem depoimentos orais de participantes diretos e indiretos dos acontecimentos determinantes do golpe (ou, segundo, alguns depoentes militares, do "contragolpe"): A esquerda e o golpe de 64: vinte e cinco anos depois, as forças populares repensam seus mitos, sonhos e ilusões (1989) e Visões do golpe - a memória militar sobre 1964 (1994).

A riqueza do primeiro concentra-se nos dezenove depoimentos-entrevistas. Em tela, as esquerdas e os fantasmas de 1964: de Waldir Pires a Brizola, de Julião a ao General Nelson Werneck Sodré, de Gregório Bezerra ao Capitão Chuahy, de Prestes ao Brigadeiro Rui Moreira Lima. Dos dezenove, prestamos mais atenção em nove deles: Waldir Pires (Consultor-Geral da República), Francisco Teixeira (Brigadeiro, Comandante da 3ª Zona Aérea), Hércules Corrêa (dirigente do CGT), Darcy Ribeiro (Chefe da Casa Civil etc.), Nelson W. Sodré (General nacionalista, co-fundador do ISEB, historiador), Brigadeiro Rui M. Lima (Comandante da Base de Santa Cruz), Almino Affonso (Ministro do Trabalho, líder do PTB), Eduardo Chuahy (Capitão do Exército, da Casa Militar) e Leonel Brizola (ex-governador, deputado federal do PTB).

No depoimento de Waldir Pires (p.213-221), destaca-se o que era bem visível: o governo Goulart não tinha um "projeto estratégico" próprio, facilitando a heterogeneidade de suas forças e até contribuindo para adesão de antigos aliados à crescente coesão das "direitas" (conservadores/oposicionistas). Ausência de um projeto de governo que queria reformas, mas não sabia como implantá-las política e gradualmente. Ou reformas graduais e duradouras não foram e nem serão possíveis no Brasil? Para Pires, parte das esquerdas errou quando depositou em Jango a "articulação de um projeto revolucionário radical", pois o Presidente (deduzo) não tinha tal capacidade e muito menos simpatia por revolução alguma.

Para o Brigadeiro Francisco Teixeira (p.247-251), peça-chave do esquema militar pró-Jango, a "política de conciliação" janguista sacrificou a governabilidade (e, depois, a legalidade) e abriu os flancos para o sucesso da conspiração. Na área militar não havia o que conciliar, havia que defender, "até com truculência", a legalidade constitucional. O Brigadeiro advogava respostas tanto às agitações provocadoras de militares de baixa patente, como respostas preventivas aos golpistas. Pior: segundo ele, "não havia um canal de comunicação entre Jango e o grupo militar que o apoiava".

Um dos depoimentos mais contundentes (p.289-95), que mostra equívocos e descompassos das esquerdas, mais propriamente dos "esquerdismos" radicais, é o de Hércules Corrêa, do CGT. Primeiro constata: "o governo Jango precisava de uma trégua, e não de uma greve atrás da outra". Outras visões do sindicalista corroboram teses de Argelina Figueiredo e, também, as declarações do Ministro da Justiça, anteriormente citadas. Entendendo a democracia apenas como um meio de "otimizar seus desejos e maximizar oportunidades" políticas, as esquerdas (especialmente, as mais radicais e o brizolismo) não trataram de preservá-la, como parte do seu "oxigênio vital".

"(...) O segundo ponto importante (o primeiro: a pulverização da esquerda múltiplos grupos) era que a questão democrática não era a menina dos olhos do PCB naquela época. Negócio de democracia, para nós, era um negócio tático. Nós jogávamos muito na idéia do quanto pior, melhor. Achávamos que a revolução vinha por aí. O grande erro do PCB na sua linha política era não ter a questão democrática como questão nodal. Hoje, preservar a democracia política para nós é tudo. Sem isso não se faz nada. É o oxigênio. Mas naquele período isso não era assim para nós." (p.294)

Outro ponto importante lembrado por Corrêa: "apesar de alertarem para o golpe, não conseguiam mais mobilizar trabalhadores a favor de Jango". A contribuir, determinantemente, a inflação em disparada e o estrangulamento salarial, o custo de vida - que subira 55 % em 1962 - extrapola as previsões em 1963: 81 % !

Por seu turno, Darcy Ribeiro (p.296-304), aponta sua "metralhadora" de ataques às esquerdas, inclusive a Brizola, acusando de "radical esquerdista" e "difícil de enfrentar". Quanto à maioria dos líderes sindicais: "era sacana, sindicaleira, demagógica". Ribeiro julga incompreensível, a ilusão esquerdista de "sair do caos para o socialismo".

Interessante registrar, de passagem, duas opiniões sobre a manutenção do parlamentarismo - "que teria evitado o golpe": de Julia e M. Cerqueira (vice-presidente da UNE em 64).

Importante, também, as quatro observações críticas de Néelson Werneck Sodré (p.305-310): "(1) a esquerdização nos isolou; (2) os mais esquerdistas pensavam que estávamos na Rússia em 1917; (3) a quebra da hierarquia militar foi um fato grave, mas acessório, pois a derrota foi no nível político e (4) a reação fez do nacionalismo sinônimo de comunismo. Isso nos enfraqueceu bastante". Registre-se que Sodré discorda da maioria dos depoimentos, especialmente de militares - de várias tendências e grupos -, que depositam na quebra da hierarquia e da disciplina um dos fatores determinantes do golpe de 1964.

De outro prisma, como um dos fundadores do ISEB, acompanhando o caminho à esquerda (depois da crise interna) em 1963, chama atenção para um dos papéis cruciais dos "golpistas de carteirinha" do complexo IPES-IBAD - o da formação de opinião, através do uso da mídia em sua inteireza e em todo seu potencial de persuasão, especialmente, dos trabalhadores e setores médios da sociedade. "Nacionalismo igual a comunismo, igual à desordem/caos, igual à república sindicalista, confisco de propriedades". Como "fábricas de ideologias", enquanto o ISEB municiaava intelectual, o IPES-IBAD "qualificava para o pós-golpe" a nível interno, e inundava a mídia, convencendo a população contra Goulart e "seus comunistas-comedores-de-criancinhas-indefezas".

Dois outros depoimentos de militares pró-Jango são importantes. Ambos transparecem que um "pulso firme", evitaria o desfecho de 64 e garantiria Goulart e a legalidade. Mesmo reconhecendo, como Comandante da Base de Santa Cruz, a mais poderosa base aérea brasileira, que o "esquema militar (pró-governo) era um fiasco" e que Goulart "não entendia nada de Forças Armadas", o Brigadeiro Rui M. Lima (em 64, Coronel-Aviador) declara (p.311-316): "o governo perdeu a base militar no comício da Central", e "o presidente deveria ter ordenado: quem botar a cabeça para fora, você corta".

O Capitão do Exército, Eduardo Chuahy, membro da Casa Militar da Presidência, concorda com o Brigadeiro Lima. Segundo suas palavras (pp.334/340), "a divisão no movimento dos sargentos desestabilizou Jango, fragmentou o Exército, assustou os oficiais. (...) Devíamos ter jogado o Exército contra os marinheiros e também contra o Clube Naval", completa.

No último depoimento do livro citado, soam como pretextos as palavras de Brizola: "éramos ingênuos diante da conspiração"; "confiávamos na mobilização popular quando já se distribuíam armas"; "o grupo dos onze foi uma tentativa desesperada de unir o povo contra o golpe"; "se tivesse me deslocado para o Rio, talvez não houvesse o golpe. A reação poderia ter sido mais efetiva" e "a derrota do movimento popular foi episódica...". A falta de veracidade-sinceridade deste último depoimento tenta escamotear o que é repetido por quase a unanimidade dos entrevistados: a atuação (sedutora, até hoje, para muitos) de Brizola, se teve os méritos incontestáveis de desencadear e articular a "legalidade" da posse de Jango em 1961, posteriormente, foi determinante em sua derrubada e na derrocada da democracia.

Podemos, no geral, concordar com os pontos que convergem as críticas e as autocríticas das esquerdas: a) o "triumfalismo" subestimou os opositores e/ou golpistas, pois "nada deteria os movimentos populares"; b) as múltiplas micro-esquerdas, pulverizadas e cada qual mais arrogante e "dona da verdade", nem tentaram, efetivamente, unir-se entre si e com as forças pró-reformas - "a revolução vinha aí", como disse H.Corrêa; c) essa multiplicidade impediu que as esquerdas liderassem o "bloco nacional-reformista", na medida em que sequer podiam sentar na mesma mesa; d) para maior comodidade e isenção de responsabilidades: "o culpado foi Goulart", como disse Prestes.

A constatação mais intensa que se tem, a meu ver, nos depoimentos dos integrantes das esquerdas pode ser resumida na frase: "não foi a direita que ganhou, nós é que perdemos". Em outras palavras, "se não tivéssemos errado, tanto"... Betinho chegou a dizer que "se o golpe tivesse falhado, a esquerda acordaria e faria uma ampla mobilização popular". E, o golpe, mesmo descoordenado, não falhou. O pior é que parte da esquerda ainda dorme. Mas, em seu sono, não perdeu a arrogância, o corporativismo, o autoritarismo interno, o desprezo pela democracia e o do uso acintoso da população como "bucha de canhão" para a defesa ("acima da democracia") dos seus interesses particulares.

6 - O golpe da direita e a ditadura dividida

Assim como só tem sentido prático-demarcador falar em "esquerdas", temos que trabalhar com "direitas" - embora as esquerdas fossem muito mais divididas. Os civis golpistas, por exemplo, tinham interesse no golpe aplicado pelos militares na exata medida em que contavam com a breve devolução do poder - aliás, como pensava a corrente "castelista" dos militares "moderados". E, como não pensavam os militares "de linha dura"

(que, por sua vez, se dividiam em duros, duríssimos e duro-moderados), liderados por Costa e Silva - muitos deles componentes da oficialidade (capitães, coronéis, tenente-coronéis etc.) que realmente assumiu os encargos do "gerenciamento" do regime e da repressão aos opositores. E, foram marcando o regime, cada vez mais, com o autoritarismo dos "duros". Certamente, as noções de disciplina e de legalidade foram alteradas "conforme as necessidades e oportunidades da segurança e do desenvolvimento disseminadas pela Escola Superior de Guerra". Sob o impacto da resistência de setores das esquerdas, especialmente, parlamentares, estudantes, professores, artistas, intelectuais - e sob o convencimento que para "enfrentar o inimigo radical" (e, até, armado, nas cidades e no campo), só os "duros" polarizados pelo grupo "costista", resolveriam. A disputa, por vezes acirrada, entre os "moderados" e os militares "duros" foi resolvida com a ascensão à presidência do General Costa e Silva, com os Atos Institucionais, com o "artigo 477" - especial, para estudantes e professores - e com a permanência "saneadora" no poder mais de duas décadas. "Saneamento" responsável por numerosas mortes, desaparecimentos, expulsões, aposentarias forçadas, militares na reserva imposta etc., etc. Se a "guerra suja" não atingiu as proporções argentinas, nem por isso deixou de ser extremamente cruel e sanguinária. Se o esquerdismo forjou lamentáveis experiências de guerrilha urbana e rural, o "direitismo" extremado, à beira do fascismo furioso, foi diretamente responsável pelo desvirtuamento dos desejos e dos interesses (pelo menos, dos manifestos) dos golpistas que assumiram o poder em 1964. Ou, desde o golpe (ou desde 1961?), estaria embutido essa "fúria repressiva", como revanche? A abertura "lenta e gradual" do final dos anos setenta, trouxe de volta ao centro do poder uma ala dos moderados da "Sorbonne", a dos generais Ernesto Geisel e Golbery, entre os quais alguns "duros" como o irmão Orlando (Geisel). Nas oscilações de comando, às vezes superposições e trabalho-conjunto, entre a moderação e a dureza repressiva militar, os que "queriam abrir", devolver aos civis (gradativamente) o comando do país em curto tempo, reconheceram os numerosos excessos e a criação de um monstro "orwelliano": o SNI. Uma das falhas político-militares mais grosseiras do governo Goulart, o não conhecimento das atividades subversivas e desestabilizadoras do regime em função da efetiva ausência de um serviço de informações, tomou rumo oposto, tornando-se "monstruoso". O sistema de controle tornou-se autônomo, com um "Estado dentro do Estado". Ou a admissibilidade do "monstro" teria servido de

escudo e de pretexto para acobertamento das responsabilidades da repressão, dos mortos, das torturas abundantes e sistemáticas?

No outro livro destacado, Maria Celina D'Araújo e outros pesquisadores trazem os depoimentos da "jovem e média oficialidade de 64", diretamente responsável pela condução da "revolução", e por "botar a mão na massa" da repressão (na "inteligência" e "na tropa") e guarnecer postos-chaves de comando. Os entrevistados são representantes do vertiginoso processo de "militarização" do Estado, incluindo a ocupação de postos "civis".

Das entrevistas desses militares podemos extrair o "outro lado", até hoje silencioso. Na introdução, os organizadores do livro tratam de apontar as convergências entre os depoentes.

Uma delas: a decepção com a renúncia de Jânio Quadros, a tumultuada posse de Jango, sob controle parlamentar e, para alguns a fraqueza "dos chefes militares" que não a impediram. Para alguns destes militares, 1964 foi a revanche de 1961 e, daí para a institucionalização da repressão foi um passo "curto e até previsível". Depoimentos de torturados confirmam a "ferocidade" de muitos quadros militares de comando, talvez latentes desde o começo dos sessenta.

Na maioria dos depoimentos, Goulart aparece "como um fraco", manipulável pelas esquerdas, especialmente por Brizola, direto co-responsável pelos desencadeamentos golpistas. Interessante que a opinião de muitos militares coincide com as concepções de muitos esquerdistas sobre a atuação de Brizola e dos brizolistas (inclusive, sargentos). Alguns atribuem às esquerdas a responsabilidade, inclusive pelo recrudescimento da repressão. Um deles disse que Fernando Gabeira teria sido responsável pelo desenrolar das brutalidades praticadas pelos órgãos repressivos! Os órgãos de repressão, até então inexistentes (para tal finalidade) teriam sido formados à medida que a "subversão esquerdista" avançava e a "necessidade de saneamento exigia a repressão sistemática".

Uma raiz profunda, talvez mais pretexto do que raiz, da revanche repressiva retorna aos acontecimentos de 1935, tendo a "traição" comunista gerado ódios duradouros. Como se os militares e seus parceiros golpistas, não tivessem interesses a preservar e a instituir em consonância e com financiamento dos grandes grupos capitalistas... Como se tivessem "como missão" precípua o combate ao comunismo "totalitário" e o reimplante da democracia! Como se fossem guiados por "valores éticos e morais" e não por interesses individuais ou de grupos.

Quanto à sustentação do governo constitucional e o caminho da ilegalidade golpista, a justificativa é que havia se tornado insuportável a subversão interna nas forças armadas, pelas esquerdas, comunista e brizolista. Subversão acirrada com as quebras de disciplina e hierarquia - "impensáveis, para uma instituição como a militar". Para muitos depoentes, como justificativa ou pretexto, a subversão nos quartéis foi o "pecado capital" das esquerdas. A indisciplina teria, por outro lado, inclusive, facilitado a conspiração interna - cujo maior problema, segundo os depoentes, era a busca de líderes entre os mais graduados.

Sobre o aparentemente forte dispositivo militar, a surpresa ficou por conta do seu "desmoronamento como um castelo de cartas". Os oficiais ("melancias") pró-Jango foram tachados nos depoimentos dos "duríssimos" como "incompetentes, vaidosos e muito mal informados".

A respeito da conspiração, a jovem e média oficialidade de 64, não corrobora, por exemplo, da posição-chave do IPES-IBAD, defendida pelo trabalho de René Dreifuss, na organização-planejamento da conspiração e execução do golpe. No entanto, ficaria difícil contestar tal autor quanto às ocupações de postos chaves no processo (pós-golpe) de instalação e institucionalização do regime civil-militar autoritário, por parte de membros (intelectuais, empresários, tecnocratas e militares) do complexo IPES-IBAD. Os depoimentos orais identificam um grupo de conspiradores "intelectualizados" da "Sorbonne" - Escola Superior de Guerra, e outro mais ligado à tropa. Converge para a dificuldade da adesão do General Castelo Branco, conseguida pelos moderados (que devolveriam o poder aos civis com brevidade) - inclusive, com o propósito de "abrandamento preventivo", isto é, de controlar os mais "duros". A adesão de Castelo Branco foi conseguida: 1) pelo desenrolar das radicalizações das esquerdas e do presidente, acrescidas das quebras de disciplina e de hierarquia internas (já em março de 64); 2) pela aproximação com os serviços de inteligência norte-americanos e 3) para evitar a "linha dura" e voltar (em curto tempo) à legalidade (civis no poder, eleições etc.). A extrema necessidade de um líder "máximo" ajuda a mostrar que as forças golpistas estavam longe da coesão nas suas ações e idéias e sabiam contra quem (esquerdas pró-reformas) conflitavam e contra o quê (comunismo, desordem, indisciplina...) estavam impondo a pedagogia da força bruta. Segundo a maioria das declarações, não tinham planos de governo, depois elaborados e executados sob a batuta de ex-ipesianos-ibadianos

como Bulhões, Reis Velloso, M.H.Simonsen, Delfim Neto, Roberto Campos - o que não bate com a pesquisa de Dreifuss.

Penso oportuno repetir que não é possível endossar a "poderosa conspiração" do IPES-IBAD, nem como condição "necessária" (muito menos, condição "suficiente") para o desfecho do jogo democrático e instalação da ditadura - como quer demonstrar Dreifuss. Mas, também não é possível defender, como os depoimentos do livro *Visões do Golpe* (Op. cit.), uma conspiração "espontaneísta" e tão mal articulada - como se tivesse brotado ao acaso, exclusivamente pelas circunstâncias, como se tivessem em ação os guardiões da honestidade, da moral e dos costumes, saneadores que estavam preparados nos livrar da corrupção, do clientelismo, de todas as mazelas populistas".

As lições de 1964, especialmente a necessidade de efetivar reformas "de base" preservando e avançando a democracia, estão registradas. Precisam ser apreendidas.

Considerações finais

No esquema-síntese, a seguir, indico 16 ações-interações que contribuíram para que a democracia populista estivesse permanentemente "em xeque-mate" entre 1961 e 1964 culminando com sua derrocada.

1 - Goulart perdeu algumas oportunidades de avançar no sustento da democracia e, ao mesmo tempo, aprovar as reformas (graduais) de base, no Congresso - tanto durante o parlamentarismo, como no presidencialismo. Foi indeciso e ambíguo, sempre e, depois do fracasso do Plano Trienal, sua "opção de alto risco à esquerda" foi mal calculada e inábil. A meu ver, tinha condições de chegar ao final do seu mandato (portanto, mantendo a democracia) e implantar reformas graduais, como desejava e não conseguiu implementar.

2 - O dispositivo militar que poderia evitar o pior e "cortar a cabeça de quem a colocar de fora", como diziam militares pró-Goulart, revelou-se desinformado e "caiu como um castelo de cartas". Foi um fiasco.

3 - As coalizões políticas que poderiam sustentar o governo e suas propostas de reformas, sempre encontraram as barreiras dos interesses imediatos, da manutenção de privilégios clientelistas, ou seja, acima da manutenção democrática e das reformas pretendidas estiveram sempre os interesses individuais ou de grupos, parentelas, partidos etc.

4 - As principais lideranças civis guiaram suas ações e suas interações - especialmente depois de restabelecido o presidencialismo -, "de olho" nas eleições

presidenciais de 1965. Não avaliaram, concretamente, apesar da visibilidade da conspiração "multipolar", que o frágil processo democrático poderia ser interrompido.

5 - Penso que o populismo, "forma de fazer política pós-Vargas", favorece o "localismo", a "pulverização" política quando não possui uma liderança nacional de peso. Goulart não era essa liderança e, muito menos, uma liderança "radical" exigida pelas esquerdas populistas. A pulverização política, aliada aos interesses individuais ou de grupos, sem dúvida, contribuiu para a derrocada janguista.

6 - A conspiração civil, militar e civil-militar foi "necessária" para o golpe, mas "não suficiente". Em outras palavras, a conspiração poderia ter sido combatida, controlada e o golpe evitado. Para tal empreendimento, "perdeu-se" todo o ano de 1963 - no quais as desconfianças recíprocas aumentaram e caminho da polarização esquerda-direita foi inevitável. Nos primeiros meses de 1964 a situação se deteriorou definitivamente, apesar de que se o governo tivesse contido a radicalização, o desfecho poderia ter sido outro.

7 - As relações amistosas EUA-Brasil foram fatores de respaldo do regime janguista, por um tempo. Transformaram-se (pós-Kennedy) em hostilidades e colaboração estratégica com os golpistas civis e militares.

8 - As ações e as interações políticas das forças de esquerda estiveram constantemente marcadas pelas numerosas subdivisões (por vezes, em minúsculos grupos e tendências), inclusive por setores que quiseram alterar o jogo democrático "ex post". A mistura de moderação com uma vertiginosa radicalização também marcou seus procedimentos, grupos e divisões. Por outro lado, em função dos movimentos da sociedade civil organizada, multifacetários, as camadas populares tiveram algumas reivindicações atendidas e "se sentiram" próximas do poder. As esquerdas nunca se desvencilharam do populismo e do "bonapartismo" (Skidmore, 1982). Um ponto-chave dos equívocos esquerdistas foi ter superestimado suas forças e subestimado o poderio dos adversários.

9 - A instabilidade econômica relativa, principalmente, a uma inflação alta (e em alta) e ao declínio do PIB - sentida pelas camadas populares e médias através da disparada dos preços e do rebaixamento salarial - constituiu-se em fator importante para a desestabilização do governo "sob o clamor da sociedade", como afirmavam os golpistas de 1964.

10 - Neste sentido, o fracasso do Plano Trienal foi estrategicamente negativo para a sorte de Goulart e da democracia. Na tentativa de reverter o quadro econômico, o Trienal foi à última cartada importante.

11 - Entre as pretensões de "reformas de base", a reforma agrária foi destacada a ponto de ganhar certo consenso da sua necessidade em, praticamente, todo o Congresso. As divergências eram quanto à sua gradualidade ou radicalidade. A reforma agrária "na lei ou marra" e a tentativa de radicalização armada das Ligas e sindicatos rurais, assustou os oposicionistas/conservadores e, assim como a intransigência da proposta do PTB, contribuiu para a sua não-aprovação e, de modo decisivo, para o golpismo - diante do "perigo do levante camponês".

12 - As manifestações reivindicatórias dos sargentos e dos marinheiros, dos militares de baixa patente, colaboraram para que parte significativa da oficialidade apostasse todas as suas fichas na conspiração e no golpe na democracia populista. "Moderados" e "duros" se uniram contra a quebra da disciplina e da hierarquia, e do "apavorante movimento comunista" nas Forças Armadas. Os depoimentos de militares demonstram a importância desses acontecimentos para o desencadeamento do golpe de 1964.

13 - A histórica relação entre os civis e os militares brasileiros, desde a idéia do "poder moderador" até a "tutela amistosa" (Zaverucha, 1994) dos nossos dias, foi fator determinante da não consolidação da nossa democracia (sempre "por um fio"). Em 1964, os civis - que haviam se acostumado com o "toma, saneia e, depois, devolve" - não previram que os militares "duros" queriam ficar no poder "o quanto necessário". Apesar disso os golpistas civis, sempre estiveram no poder (vide Sarney, Maciel, Petrônio Portella, Delfim, Rua Campos, Simonsen, etc.) - sob a tutela de um general.

14 - A tentativa civil-militar, constante em todo o período, de subverter a democracia, mostra uma constante brasileira: a modificação das regras democráticas conforme as necessidades, os interesses/desejos e as oportunidades das forças políticas de esquerda e de direita.

15 - A "incerteza organizada" (Przeworski), inerente à democracia, nunca foi tão "incerta e desorganizada" como no governo janguista. O herdeiro de Vargas governou sob a "égide" da modificação "ex post" dos resultados do jogo democrático, ao que parece, de

quase todas as forças políticas relevantes. Talvez se possa afirmar que a insatisfação e o oportunismo político foram marcas fixas entre 1961 e 1964.

16 - Os anos Goulart corroboram a tese da "democracia utilitária", isto é, as forças políticas de "esquerda e de direita" não se preocuparam em garantir a democracia a não ser para atender seus interesses e oportunidades de conquistar poder. A democracia era apenas um meio, descartável se necessário. Acima da democracia consolidada sempre estiveram os interesses pessoais ou de grupos. Obviamente, as esquerdas sempre perderam esse jogo (como em 1964) e, entre suas tantas facções, a maior parte não percebeu a imprescindibilidade democrática para sua própria sobrevivência e ascensão. Se para a direita a ditadura tornou-se "normal e legítima", para as esquerdas a democracia era absolutamente vital.

Em suma, acreditamos que a história do governo Goulart e da democracia, entre 1961 e 1964 poderia ter sido muito diferente. Os fortes indícios dessa possibilidade tornaram-se evidentes. Se concordarmos com essa tese, poderemos defender a necessidade premente de uma revisão historiográfica mais aprofundada. A afirmação de que “não foi a direita que ganhou, nós (as esquerdas) é que perdemos” nos parece coerente e consolidada. As conseqüências dessa perda, todos conhecemos.

Referências bibliográficas

BANDEIRA, Moniz (1978). O governo João Goulart e o golpe de 64. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

D'ARAÚJO, Maria Celina et al. (1994). Visões do golpe – a memória militar sobre 1964. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.

DREIFUSS, René (1981). 1964: a conquista do Estado. Petrópolis: Vozes.

ELSTER, John (1994). Peças e engrenagens das ciências sociais. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.

FIGUEIREDO, Argelina (1993). Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

IANNI, Otávio (1968). O colapso do populismo no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

JUREMA, Abelardo (1964). Sexta-feira, 13 – Os últimos dias do governo João Goulart. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro.

MORAES, Denis de (1989). A esquerda e o golpe de 1964. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo.

PARKER, Phyllis (1977). 1964: o papel dos estados unidos no golpe de 31 de março. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

PRZEWORSKI, Adam (1993). Democracia e mercado. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.

SANTOS, Wanderley G. (1986). Sessenta e quatro: anatomia da crise. Rio de Janeiro: Vértice.

SKIDMORE, Thomas (1982). Brasil: de Getúlio a Castelo. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

STEPAN, Alfred (1971). The military in politics: changing patterns in Brazil. Princeton: Princeton University Press.

TOLEDO, Caio N. (1982). O governo Goulart. São Paulo: Brasiliense.

ZAVERUCHA, Jorge (1994). Rumor de sabres. São Paulo: Ática.

[1] Docente e pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba. Integrante do GT Paraíba do HISTEDBR. E-mail:

scocuglia@terra.com.br.